



Racismo acadêmico e formação em serviço social: algumas reflexões

Academic racism and formation in social work: some reflections

Cristiane Lourenço*

 <https://orcid.org/0000-0002-6026-5452>

RESUMO

Este artigo se apropria do pensamento de intelectuais que têm como tema de pesquisa relações raciais como lente teórica para refletir a respeito da presença do racismo acadêmico na universidade pública. Tendo como *locus* o campo das Ciências Sociais Aplicadas, o objetivo é discutir a invisibilização do conhecimento científico negro, africano e latino-americano nessa área de conhecimento. Estruturado metodologicamente a partir da análise conceitual envolvendo as temáticas racismo acadêmico, educação superior, ação afirmativa e anticolonialidade, o escrito propõe-se a refletir sobre a ausência da intelectualidade negra nos processos de formação universitária, a partir de um diálogo com o Serviço Social, profissão que se dedica aos estudos a respeito das expressões da questão social e à intervenção na realidade social. A parte inicial traz elementos que subsidiam as interações entre as produções acadêmicas negras e a sua utilização na universidade. Em seguida, são apresentadas ponderações a respeito dos desafios em se constituir uma formação em Serviço Social com caráter antirracista. A conclusão é dedicada a elucubrações sobre racismo acadêmico e universidade. O resultado que se espera com essa produção é contribuir e provocar um debate em que se busque compreender a importância dos processos de formação acadêmica anticoloniais e antirracistas na universidade.

PALAVRAS-CHAVE

Racismo acadêmico; Ciências sociais aplicadas; Serviço Social; Formação acadêmica.

ABSTRACT

This article appropriates the thoughts of intellectuals whose research topic is race relations as a theoretical lens to reflect on the presence of academic racism in public universities. Having the field of Applied Social Sciences as its locus, the objective is to discuss the invisibility of black, African and Latin American scientific knowledge in this area of knowledge. Methodologically structured based on conceptual analysis involving the themes of academic racism, higher education, affirmative action and anti-coloniality, the writing proposes to reflect on the absence of black intellectuals in university education processes, based on a dialogue with Social Work, a profession which is dedicated to studies regarding the expressions of social issues and intervention in social reality. The initial part brings elements that support the interactions between black

*Assistente Social. Doutora em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, Brasil). Assistente Social no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania na Coordenação-Geral de Articulação Federativa (MDHC/CGAF, Brasília, Brasil) e Docente em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro. (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). E-mail: cristiane.lourenco@mdh.gov.br

DOI 10.22422/temporalis.2024v24n48p404-419



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2024 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

academic productions and their use at the university. Next, considerations are presented regarding the challenges of establishing Social Work with an anti-racist character. The conclusion is dedicated to reflections on academic racism and universities. The expected result of this production is to contribute and provoke a debate in which we seek to understand the importance of anti-colonial and anti-racist academic formation processes at the university.

KEYWORDS

Academic racism; Applied social sciences; Social Work; Academic education.

Introdução

As lutas históricas dos movimentos que defendem a igualdade racial no Brasil produziram, ao longo do tempo, importantes frutos no que se refere à educação. Ao observar o século XXI, as Leis n.º 10.639/2003 (Obrigatoriedade de Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira), n.º 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial), n.º 12.711/2012 (Lei de Cotas no Ensino Superior Público Federal), n.º 12.990/2014 (Lei de Cotas no Serviço Público Federal) e o Decreto n.º 11.443/2023 (Lei de Cotas em Cargos Comissionados), percebe-se que o estado brasileiro se reconheceu racista e buscou, a partir das pressões de grupos, movimentos e instituições, estabelecer medidas governamentais voltadas para minimizar as iniquidades raciais.

No entanto, ainda que as vitórias mereçam ser celebradas, afinal a peleja é grande, no ambiente acadêmico o que se percebe é a primazia do pensamento colonial eurocentrado nos *campi*, corredores e salas de aula. Não obstante, os resultados trazidos, especialmente a partir da implementação da Lei n.º 12.711/2012, a colonialidade e o elitismo estão materializados no perfil das/dos docentes, nos currículos de graduação e pós-graduação e nas ementas e na ausência de negros/os em cargos de tomada de decisões, somente para mencionar alguns exemplos. A universidade, assim como os demais extratos da vida social, é um espaço onde ocorrem tensionamentos e disputas. E não é fácil romper com a lógica vigente.

Nesse sentido, a hierarquização dos saberes acadêmicos funciona como uma categoria que legitima o racismo praticado no cotidiano universitário por meio de um ciclo aparentemente simples, mas quase intransponível: a branquitude domina os espaços da universidade, o que a leva a possuir privilégios socioacadêmicos, que, por sua vez, alimentam o racismo e perpetuam suas práticas. O ciclo, concreto e carregado de signos e simbolismos, resulta em uma equação cujo resultado é o pensamento colonial estabelecido como o pensamento lúdimo, dominante, em que não cabem outros tipos de experiências.

Assim, reconhecer que na universidade ainda vigora a cultura educacional eurocentrada é o primeiro passo para pensar estratégias de combate que desconstruam visões e práticas que ignoram, desconsideram, deslegitimam e desabonam os saberes advindos do povo negro. Ao mesmo tempo é urgente a valorização das produções, pesquisas e bibliografias produzidas pela intelectualidade negra; a inserção de profissionais negras e negros em espaços de poder acadêmico; um corpo técnico e acadêmico anticolonial e antirracistas; e a construção de uma universidade em que o tripé ensino-pesquisa-extensão, na graduação e na pós-graduação, tenha como premissa a anticolonialidade.

Invisibilidade negra no campo das Ciências Sociais Aplicadas

O racismo, em sua vertente acadêmica — entranhada no interior da universidade — é facilmente percebido quando se verifica a presença branca e negra em espaços como grupos de estudo e de pesquisa, na produção científica, nos eventos promovidos pelos cursos de graduação e pós-graduação. Abdias Nascimento (2016) revela o grau perverso do racismo quando afirma que: “O modelo ocidental europeu ou norte-americano se repete, e as populações afro-brasileiras são tangidas para longe do chão universitário como gado leproso” (Nascimento, 2016, p. 113–114). Desse modo, o lugar outorgado às populações negras dentro da universidade brasileira ainda é um campo em disputa. O eurocentrismo é presença forte e constante dentro dos cursos de graduação e pós-graduação. O chão da universidade, parafraseando Nascimento (2016), está enraizado em narrativas coloniais que invisibilizam e excluem a história do povo negro.

A partir da implementação de políticas de ação afirmativa no ensino superior, o ingresso de estudantes negras/os e periféricas/os exigiu que a academia se aproximasse das ruas, que olhasse para além de seus muros e acompanhasse a concretização de aspectos que anteriormente existiam apenas no campo das ideias. A multiplicidade de trajetórias passa a ser incorporada pela instituição universitária, que se vê obrigada a aprender a conviver com a diversidade.

São culturas, sotaques, linguagens, lugares que as/os estudantes trazem e que confrontam o modelo historicamente legitimado pela academia. Em resumo: ao inserir uma nova lógica no perfil de discentes, especialmente dos cursos de graduação, a política de ação afirmativa, de recorte étnico-racial, impõe ao universo acadêmico a urgência em abrir-se a uma nova configuração educacional. Como explica Nilma Lino Gomes (2017):

No caso da universidade, o fato de esses jovens passarem a frequentar os espaços acadêmicos traz uma outra corporeidade acompanhada de uma produção de outras experiências e significados. No Brasil, apesar da tão falada miscigenação racial, existem espaços em que corpos negros e brancos não se encontram ou se encontram muito pouco. A universidade, e dentro desta, alguns cursos considerados de elite são alguns deles (Gomes, 2017, p. 115).

Não obstante, as lutas dos movimentos negros em torno da democratização do acesso e da permanência de negras e negros na educação superior resultaram, dentre outras conquistas, na promulgação da Lei n.º 12.711, em 29 de agosto de 2012. Isso dado, sabe-se que os tensionamentos e embates perduram ainda atualmente. O longo processo mobilizatório capitaneado por entidades, instituições e movimentos impôs a inserção da pauta antirracista na agenda governamental e na agenda social brasileira — judiciário, mídia, partidos políticos, empresas, sindicatos, dentre outros — se viram, de certa forma, forçados a inserir o tema racismo em seus debates. E dentro dos espaços de produção de conhecimento não foi diferente.

Explicitado na ausência de bibliografias de autoras/es negras/os, de docentes e gestoras/es negras/os na educação superior, o que se pode denominar de racismo e epistemicídio acadêmico no campo universitário contribui para o reforço das hierarquias raciais entranhadas nas relações sociais, políticas, econômicas, científicas e culturais. Romper com esse sistema, que historicamente faz parte da estrutura socio-histórica brasileira, significa

rescindir com a colonialidade de poder fundamentalmente assentada sob a divisão de quem pode e quem não pode acessar certos espaços de *status* e prestígio. É nessa seara que a universidade se encontra nesse momento. Sendo essencialmente um ambiente de produção de saberes científicos, ela precisa estar atenta às demandas impostas pela sociedade, uma vez que as novas configurações trazidas pela chamada Lei de Cotas, não permitem retrocessos.

Por isso, a luta do Movimento Negro por ações afirmativas no Brasil, no fim do século XX e durante o século XXI, é a luta contra o racismo e pela construção da igualdade e da justiça social para as pessoas negras. Ela é, portanto, uma luta contra a colonialidade do poder, do saber e do ser, articulada à luta contra as desigualdades socioeconômicas, raciais, de gênero e de sexualidade (Gomes, 2019, p. 226).

Quando se analisa a tradição no campo das Ciências Sociais Aplicadas, percebe-se a validação do saber eurocentrado, desde os primeiros estudos relacionados à formação dos Estados-Nações, até as pesquisas mais recentes sobre o momento geopolítico, especialmente na África e no Oriente, o conhecimento científico ainda prioriza e legitima o saber europeu como universal. Alberto Guerreiro Ramos (1954), ao exortar a respeito da invisibilidade da questão racial no interior das pesquisas sociológicas destaca que, quando o objeto de pesquisa escolhido se aproxima da temática racial, existe uma tendência em não perceber essa questão pelo viés técnico-científico, mas como um problema a ser resolvido, como uma questão que deveria ser equacionada na esfera das individualidades.

Em princípio, o negro, no domínio da sociologia brasileira, foi problema porque seria portador de traços culturais vinculados a culturas africanas, pelo que, em seu comportamento, apresenta como sobrevivência. Hoje, continua a ser assunto ou problema, porque tende a confundir-se pela cultura com as camadas mais claras da população brasileira. Neste ponto, é oportuno perguntar: Que é que, no domínio de nossas ciências sociais, faz do negro um problema, ou um assunto? [...]. Determinada condição humana é erigida à categoria de problema quando, entre outras coisas, não se coaduna com um ideal, um valor ou uma norma. Quem a rotula como um problema, estima-a ou a avalia anormal. Ora, o negro no Brasil é objeto de estudo como problema na medida em que discrepa de que norma ou valor? (Ramos, 1954, p. 190).

O desafio posto para a academia e para o campo das Ciências Sociais Aplicadas é o aprofundamento da discussão sobre a perspectiva anticolonial e a utilização de referenciais teóricos que insiram a questão racial de forma substancial, em que a pauta antirracista não seja discutida de forma esporádica e superficial. É preciso que a universidade supere sua tendência em supor que a emergência de temas relacionados à questão racial é resultado de militância ou ativismo e não de estudos, de investigação que pressupõe método. Em suas reflexões sobre a presença negra nos diferentes tipos de pesquisa científica, Ramos (1995, p. 189) constata que: “Há certamente, entre eles, diferenças de método, técnica científica. Todos, porém, veem o negro do mesmo ângulo. Todos o veem como algo estranho, exótico, problemático, como um não Brasil, ainda que alguns protestem o contrário”.

Ainda que o conhecimento científico presuma neutralidade, é fato que a universidade e tudo o que ela produz se relaciona com o tempo e o momento históricos vigentes. A ausência de autoras e autores negras/os em monografias, artigos científicos e trabalhos acadêmicos refletem não somente a composição racial dentro da universidade, sobretudo

em posições consideradas de poder, mas também a desvalorização do trabalho de intelectuais que, quando abordam as desigualdades raciais em seus estudos, são vistos como militantes e não como estudiosas/os.

Tatiana Dias da Silva (2019) indica que o racismo acadêmico não permite que esse grupo avance e adquira protagonismo nas distintas áreas de sapiência, devido ao silenciamento imposto às/aos pesquisadoras/es negras/os. Como resultado vê-se, por parte de dessas/es estudiosas/os, um esforço maior do que o empreendido por pesquisadoras/es brancas/os para que seus trabalhos, ensaios e demais produções sejam aceitos pela comunidade acadêmico-científica.

Um outro aspecto é que muito se falou do negro, mas pouco se falou com o negro. Ou seja, nas ciências sociais, por muito tempo, tinha-se o negro como objeto de estudo, em que sua participação era cerceada ou por sua baixa ascensão aos espaços acadêmicos diante de uma expressiva desigualdade racial no acesso à educação ou no silenciamento de intelectuais negros – orgânicos ou acadêmicos (Silva, 2019, p. 20).

Vale aqui trazer breves considerações a respeito da categoria analítica branquitude. A partir das reflexões de Cida Bento (2022), pode-se afirmar que a manutenção e reprodução de privilégios científicos materializados na presença de pessoas brancas em posições de poder no interior das instituições de educação superior, em bibliografias eurocentradas, na presença maciça de intelectuais brancas/os em eventos acadêmico-científicos, em bancas de mestrado e doutorado e principalmente na não discussão a respeito da ausência de pesquisadoras/es negras/os nesses espaços fazem parte de um acordo, de um “pacto”, conforme a autora (2022) indica.

É como se a presença de intelectuais negras/os fosse uma ameaça à tradição vigente dentro do ambiente acadêmico, desestruturando, assim, o ordenamento científico, em que saberes, técnicas e metodologias, até então universais e inquestionáveis, seriam vistos como mais um dentre os tantos saberes. A presença negra nesses espaços legitimaria e comprovaria que a ciência é múltipla, plural e diversa e conseqüentemente alteraria as hierarquias historicamente arraigadas nos espaços de produção de conhecimento. Nas palavras de Bento (2022):

As instituições públicas, privadas e da sociedade civil definem, regulamentam e transmitem um modo de funcionamento que torna homogêneo e uniforme não só processos, ferramentas, sistemas de valores, mas também o perfil de seus empregados e lideranças, majoritariamente masculino e branco. Essa transmissão atravessa gerações e altera pouco a hierarquia das relações de dominação ali incrustadas. Esse fenômeno tem um nome, branquitude, e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios (Bento, 2022, p. 18).

Desse modo, a não presença negra em certos espaços seriam justificadas a partir do mérito. “Ou seja, se constatamos representação excessiva de pessoas brancas nos lugares mais qualificados, é porque elas mereceram isso, e a ausência de negras e negros e de outros segmentos deve-se ao fato de não estarem devidamente preparados” (Bento, 2022, p. 19). Sueli Carneiro (2020), ao discorrer sobre as percepções sociais acerca do grupo racialmente dominante dentro dos espaços de produção de conhecimento, afirma que o questionamento à hegemonia da intelectualidade branca ainda é algo restrito à militância

negra dentro da academia. A branquitude, na visão da autora, não se percebe como hegemônica, mas, sim, como ocupante de um espaço que sempre foi seu e que por isso não caberiam questionamentos.

A excelência e a competência passam a ser percebidas como atributos naturais do grupo racialmente dominante, o que naturaliza sua hegemonia em postos de mando e poder. Nunca ouvimos alguém se levantar, além da minoria de mulheres feministas ou militantes negros, quando o secretariado é composto em sua totalidade por homens brancos. Encara-se como natural. Não se coloca em questão se a competência ou a qualificação técnica foram devidamente contempladas nas nomeações (Carneiro, 2020, p. 280).

Em consonância com a autora, é factível afirmar que o processo de apagamento das produções negras se configura em uma forma eficaz de racismo dentro da academia. E como uma das modalidades mais eficazes do racismo acadêmico, tem-se o epistemicídio acadêmico, que invisibiliza e desqualifica os conhecimentos dos povos historicamente subjugados, sendo um

[...] processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc. (Carneiro, 2005, p. 97).

Com os papéis em disputa, temos um novo campo de tensões, visto que não se trata somente de reconhecer o valor da produção científica negra e suas contribuições para a formação de uma nova intelectualidade. Na verdade, o que está em disputa é o lugar outorgado à branquitude e que ao longo da história foi poucas vezes questionado. Reconhecer que as produções negras são relevantes para a ciência brasileira, significa, em última medida, reconhecer que este espaço, o espaço da produção do saber, do pensamento social, da academia é também um espaço que pode e deve ser ocupado por saberes e corpos negros.

Os intelectuais negros vivem, portanto, um processo de pressão e passagem do lugar não hegemônico para o contra hegemônico na guerra entre racionalidades e nos espaços de poder historicamente instaurados. A eficácia da entrada dos intelectuais negros nesse espaço e as mudanças que os mesmos têm trazido para a produção do conhecimento não dependem apenas de sua capacidade de formulação teórica e do domínio dos instrumentais acadêmicos, mas da sua capacidade de articulação interna e externa em contextos racionalizados e marcados por disputas de poder (Gomes, 2009, p. 434).

Se contrapor ao ideário acadêmico eurocentrado, materializado pela ausência maciça de negras e negros em cargos academicamente valorizados e socialmente lidos como de poder como reitorias, pró-reitorias, direção e coordenação de cursos requer a adoção de uma postura contra-hegemônica diante do atraso social, cultural e político trazido pela

colonialidade e reivindicar um protagonismo acadêmico que sempre nos foi negado. A intelectualidade negra remou contra a maré eurocêntrica, resistiu e buscou produzir conhecimento teórico que protagonizasse a população negra, conforme afirma bell hooks (2019):

De fato, uma tarefa fundamental dos pensadores negros críticos tem sido a luta para romper com os modelos hegemônicos de ver, pensar e ser, que bloqueiam nossa capacidade de nos vermos em outra perspectiva, nos imaginarmos, nos descrevermos e nos inventarmos de modos que sejam libertadores (hooks, 2019, p. 37).

Por óbvio, no cerne dessa discussão, está o debate sobre o conteúdo programático, a formação acadêmica das/dos estudantes, o preparo do corpo docente e do corpo técnico, para que se comportem além da mera formalidade e cumprimento da legislação; ou seja, é preciso incorporar a noção anticolonial e antirracista no interior institucional. Essa mudança só será possível ao derrubar a estrutura dominante e edificar um novo projeto pautado na anticolonialidade e no antirracismo. Ter estudantes negras/os e indígenas nos bancos universitários não significa uma mudança automática nos comportamentos eurocêntricos. A participação desses grupos traz para a comunidade acadêmica a percepção de que a partir da política de ação afirmativa, se faz necessário elaborar um projeto de universidade que congregue anti(de)colonialidade e antirracismo em suas dimensões teóricas-político-pedagógicas, como apontam Joaze Bernardino-Costa e Ramón Grosfoguel (2016).

O Brasil, em decorrência dos projetos de ações afirmativas em curso nas universidades públicas do país desde o início desse milênio, depara-se com a possibilidade de incorporar a experiência negra e indígena não apenas na formulação de conhecimento, mas também na busca de soluções para os problemas que enfrentamos. A partir deste *locus* epistêmico, podemos construir um pensamento decolonial em âmbito nacional, assim como podemos construir um diálogo intercultural com outros sujeitos que vivenciam processos de subordinação no sul global (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016, p. 22).

Entretanto, é importante sinalizar que realizar uma virada epistemológica no interior da universidade tem sido um processo desafiador, como é possível constatar nas palavras de Lélia González (1988).

A produção científica dos negros desses países do nosso continente tem se caracterizado pelo avanço, autonomia, inovação, diversificação e credibilidade nacional e internacional; o que nos remete a um espírito de profunda determinação, dados os obstáculos impostos pelo racismo dominante. Mas, como já disse antes, é justamente a consciência objetiva desse racismo sem disfarces e o conhecimento direto de suas práticas cruéis que despertam esse empenho, no sentido de resgate e afirmação da humanidade e competência de todo um grupo étnico considerado “inferior” (González, 1988, p. 88).

Decolonizar saberes e sujeitos que, desde sempre, tiveram suas crenças, culturas e convicções assentadas na branquitude como única vertente cultural e científica legítima, requer ações continuadas, sistematizadas e pautadas em desmontar a história tida como oficial, no que concerne nossa formação, enquanto nação. É preciso considerar que as práticas coloniais, respaldadas pelo ordenamento jurídico da época, reforçadas pelo racismo científico e pelo movimento eugenista, camufladas na fábula da democracia racial,

é uma chaga que ainda circunda as relações sociais, só não se espalhando tal como erva daninha, devido aos movimentos de luta e resistência dos povos que buscam justiça racial no Brasil.

E o Serviço Social, como fica?

No tocante ao Serviço Social brasileiro, que é sem dúvidas uma das áreas mais importantes das Ciências Sociais Aplicadas, é possível afirmar que, enquanto campo de produção de conhecimento, organicamente pautado na construção de um projeto societário, em que a liberdade é o valor ético central, a profissão atua fundamentalmente no combate às desigualdades e promoção da justiça social¹.

A partir do compromisso ético e profissional com a autonomia, a emancipação e a expansão dos direitos sociais, sem que haja a exploração e/ou dominação de classe, etnia e gênero, verifica-se a necessidade de um aprofundamento do debate racial na formação e na atuação profissional de assistentes sociais. Segundo Ana Paula Procópio da Silva (2022):

Uma revisão importante de ser feita no campo das Ciências Sociais e particularmente para o Serviço Social, uma profissão que se assume inscrita na trama das relações entre as classes sociais e destas com o Estado, cuja direção social na contemporaneidade está balizada pela teoria social crítica, pautada pela apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade e tendo a centralidade da categoria trabalho na compreensão das relações sociais. [...]. Condições de vida que tem como dimensões interseccionais: a classe, a raça, o gênero e a sexualidade vivenciadas como expressões materiais de desigualdade em função do pauperismo, do racismo, do sexismo e da homofobia e transfobia (Silva, 2022, p. 178).

A história da profissão no Brasil nos leva a afirmar que a questão racial permaneceu escamoteada por alguns anos dentro do campo do Serviço Social. Camuflada como questão coletiva, em especial na origem da profissão, que surge na segunda metade da década de 1930, os aspectos relacionados à raça eram invisibilizados pelo nascente mito da democracia racial. O Serviço Social volta-se, enquanto profissão, a dar respostas às demandas das classes trabalhadoras que nesse período iniciavam uma organização mais sistemática por meio dos sindicatos e organizações de classe, sem, contudo, compreender que a questão racial estava imbricada naquele contexto, uma vez que as desigualdades econômicas e sociais são atravessadas pelas desigualdades raciais. Magali da Silva Almeida, Suelma Inês de Deus Branco e Roseli da Fonseca Rocha (2019) exortam que:

É fundamental destacar que a história da profissão é atravessada por tensões de implicações étnico-raciais, pois as relações desiguais (de raça, gênero e classe) moldam e edificam, historicamente, as relações sociais capitalistas e a sociabilidade burguesa no Brasil, contra a qual lutamos com vistas a sua superação (Almeida; Rocha; Branco, 2019, p. 171).

Tendo como núcleo central de atuação a questão social — nos anos 1930 e 1940 entendida também como um problema moral devido à forte influência da Igreja Católica — a profissão nasce pautada em referenciais teóricos americanos e europeus, o que influenciou

¹A este respeito ver: Conselho Federal de Serviço Social (2012).

tanto na produção acadêmica, quanto no fazer profissional das/os assistentes sociais. Naquele período, a intervenção profissional se baseava na busca por harmonizar as classes, seguindo a doutrina social da Igreja e os interesses do Estado². A crença, difundida pelo catolicismo, de que somente a coesão social poderia trazer a paz, pautava a atuação das/os profissionais de Serviço Social que seguiam basicamente as orientações eclesiais.

As pioneiras, nome dado às primeiras assistentes sociais brasileiras³, não percebiam que no cerne da questão social, estava a questão racial e que o enfrentamento às injustiças sociais necessitava passar pela busca por equidade entre as raças. O assédio de teóricos eugenistas se dava justamente nessa seara: era preciso limpar a raça para que a pobreza fosse erradicada. A convicção era de que o embranquecimento da população garantiria uma harmonia racial capaz de assegurar uma convivência pacífica entre os povos e o fim das disparidades sociais.

Na gênese do Serviço Social, na década de 1930, esta população permaneceu escanteada. Diluída na condição de pobre e miserável, tornou-se objeto de uma caridade que, mais do que flertar, estabeleceu ligações perigosas com a política eugenista do Estado brasileiro. Produto histórico das relações sociais, a profissão esteve estreitamente vinculada às ideias da classe dominante e reproduziu ou reforçou o status quo (Gonçalves, 2018, p. 515).

Para as assistentes sociais daquele período, as populações negras pertenciam a uma espécie de limbo: ao mesmo tempo em que eram classificadas como parte considerável das chamadas “classes perigosas”, visto que cientificamente eram classificadas como violentas, sexualmente incontroláveis, dentre outras coisas; ao mesmo tempo, essas populações eram um dos principais alvos da caridade cristã-católica, um dos pilares fundantes da profissão, afinal de contas, negras e negros eram consideradas/os incapazes de desenvolver atividades fabris de forma livre, sem estarem sob o açoite dos feitores. Gracyelle Costa Ferreira (2020) faz uma importante crítica ao modo como as populações negras foram escamoteadas da história da formação das classes trabalhadoras no Brasil.

Espanta como os sujeitos que estudamos aparecem por vezes desprovidos de condição racial declarada. Essa omissão tende a produzir em nosso imaginário frequentemente seu entendimento como brancos. Por outro lado, algumas declarações tendem a demarcar explicitamente a raça, mas somente para exaltar mais uma vez o sujeito branco. Quando falamos de formação de uma classe trabalhadora no Brasil no início do século XX e de seus processos organizativos essa proeza tende a ser repetida quase automaticamente. [...] Os negros? Estes, após a abolição, saem de cena. Perdendo a centralidade do processo produtivo baseado na escravidão de seus corpos, perderam a importância na sociedade que se pretendia baseada em relações de trabalho livres e assalariadas. Afinal, pouco qualificados como eram, não puderam competir com a expertise dos europeus e assistiram esse processo aceitando seu “déficit” e “anomalia” causada pela escravidão. Embora nem sempre explicitada como tal, essa narrativa costuma estar centralizada em São Paulo, ícone da modernidade fabril industrial naquele momento. Sua aparente realidade passa a ser entendida como generalizável por qualquer parte de um Brasil de dimensões continentais. No mínimo um equívoco. (Ferreira, 2020, p. 33–34).

²A este respeito ver: Yazbek (2009).

³A este respeito ver: Iamamoto e Carvalho (2003).

Sabe-se que para a população negra a virada do século XIX para o século XX representou a transição entre o escravismo perverso de seus corpos e almas para o capitalismo racista em que não havia perspectiva de vida. Seja em quais fossem os mundos, não havia espaço para que negras e negros pudessem coexistir com a branquitude sem que a opressão e a exploração não fossem elementos centrais dessa relação. Sem perspectiva de moradia, saúde, educação e trabalho e sem uma proteção social específica, que lhes garantisse dignidade nessa nova etapa de suas vidas, essa parcela da população se torna o principal público-alvo de políticas assistencialistas. E é esse caráter apostólico que marca o surgimento do Serviço Social e que direciona a profissão a um entendimento de que negras/os não seriam parte da classe trabalhadora, mas ocupariam um não lugar dentro do modelo de sociedade daquele período.

Para a visão turva do Serviço Social acerca das relações étnico-raciais talvez tenha contribuído uma certa tradição marxista que considerava que os problemas raciais se resolveriam por meio da luta dos(as) trabalhadores(as) em geral. O problema é que esta formulação, demasiada abstrata, não percebeu que o racismo estava entranhado no seio da classe trabalhadora não negra, que viu vantagens em se identificar com o ex-senhor de escravos (Gonçalves, 2018, p. 520).

No fim da década de 1970, a partir da intensa participação do Movimento Negro Unificado (MNU), o debate acerca do racismo no Brasil se intensifica, ao mesmo tempo em que o processo de redemocratização do país ocorria. As lutas contra o preconceito e a discriminação se somam às lutas por democracia, emprego, acesso à educação, fim da violência policial e esses temas incidem sobre a profissão. Importa mencionar o *III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*⁴, ocorrido entre os dias 23 e 28 de setembro de 1979. Conhecido como *Congresso da Virada*, este evento torna-se um marco em defesa da democracia e de rompimento com a vertente conservadora da profissão.

Nos anos 1980, a profissão segue na defesa das pautas em favor da igualdade e da democracia, que se consolida a partir da elaboração do novo *Código de ética Profissional do/a Assistente Social*, aprovado em 13 de março de 1993. Pela primeira vez na história do Serviço Social, o combate à discriminação aparece como um dos princípios fundamentais da profissão. Vale ressaltar que a gestão do Conselho Federal de Serviço Social (1990–1993) teve a participação de mulheres negras, essenciais para a inserção do debate étnico-racial no interior da profissão, como nos indica Marcia Campos Eurico (2018):

Ora, se o Serviço Social é parte e expressão da sociedade, a intervenção protagonizada por várias mulheres negras, militantes, que ingressaram na profissão tem grande impacto no sentido de ampliar o debate e exigir respostas institucionais acerca do racismo. A partir desta década o coletivo profissional será provocado a repensar suas referências teóricas e ampliar o debate para apreender os desdobramentos do racismo institucional no trabalho profissional (Eurico, 2018, p. 517).

A presença de assistentes sociais negras e sua atuação profissional e ativista dentro dos espaços de discussão e deliberação da profissão, foi fundamental para que os debates de enfrentamento ao racismo ganhassem força no interior da profissão.

⁴A este respeito ver: Mota (2019).

A presença das(os) assistentes sociais negras(os) dessa geração com atuação na década de 1980 deram significativa contribuição ao processo de redemocratização nos sindicatos, nos movimentos sociais, nos partidos políticos progressistas e na renovação da profissão. Nos espaços sócio-ocupacionais por onde passaram, o ativismo desses assistentes sociais deixou registro da necessidade de enfrentamento da violência racial e sexista. Suas proposições de enfrentamento às discriminações de gênero e raça produziram fissuras que desestabilizaram a pretensa “ordem social” (des)organizada pelo racismo. (Almeida; Branco; Rocha, 2019, p. 170).

É fato que a categoria profissional tem, nos últimos anos, se voltado fortemente às questões envolvendo raça e racismos, com a produção de documentos e eventos em que se reafirma que “[...] a inclusão nos conteúdos de disciplinas e em atividades curriculares dos temas sobre Educação das Relações Étnico Raciais e dos conhecimentos de matriz africana e/ou que dizem respeito à população negra é premente no processo de formação em Serviço Social” (ABEPSS, 2018, p. 20). O reconhecimento de que não é possível uma formação e um exercício profissional, sem considerar que a questão racial possui centralidade em todas as expressões da questão social, é essencial para que as/os profissionais de Serviço Social cumpram os princípios fundamentais da profissão em toda a sua magnitude.

Iniciativas como a campanha *Assistentes Sociais no Combate ao Racismo* (2017/2020), realizada pelo Conjunto CFESS/CRESS; o documento elaborado em 2020 pelo CFESS denominado *Assistentes Sociais no Combate ao Racismo*; o seminário nacional de formação profissional e movimento estudantil de Serviço Social realizado em janeiro de 2020, intitulado *A virada agora é preta – 40 anos do Congresso da Virada por uma práxis antirracista*, que foi promovido pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO); o coletivo *Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo* instituído em 2020; a publicação, em 2018, *da Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia* (CFESS); a *Plataforma Antirracista* lançada pela ABEPSS em dezembro de 2022; o *Termo de Orientação Serviço Social Antirracista*, produzido CRESS/RJ em 2023, o 49º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, intitulado *Na terra de Dandara e Zumbi, reafirmamos nossa força coletiva* (2023); e o 18º Encontro Brasileiro de Pesquisadores/as em Serviço Social (ENPESS) de 2024, com o tema: *Relações de classe e raça-etnia no Brasil: desafios a uma formação profissional emancipatória no Serviço Social*, são alguns exemplos de que esforços têm sido empenhados, para que este tema seja aprofundado no interior da profissão.

Entretanto, mesmo com as entidades, profissionais e discentes trazendo à tona do Serviço Social as discussões a respeito da questão racial no Brasil, seus impactos no fazer profissional e a importância desse debate nos cursos de graduação e pós-graduação, o que se percebe é que, no interior da academia a pauta não tem a centralidade que deveria ter. Dois exemplos que corroboram essa afirmativa é a quase inexistência de pessoas negras em cargos de gestão nas Escolas e Faculdades de Serviço Social e a ausência de textos de autoras/es negras/os nas ementas dos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social e áreas afins, como Política Social. Como sinaliza Roseli da Fonseca Rocha (2014), os avanços ainda se materializaram na realidade concreta da profissão:

[...] como em todo processo político, a realidade é mais ampla que o universo do desejo e, muitas vezes, é maior que as lutas já consideradas conquistadas; assim,

é preciso superar o hiato ainda existente entre as conquistas já materializadas nas normas e instrumentos legais da profissão – no que se refere à incorporação do tema étnico-racial –, e a sua consolidação na realidade concreta dos processos de formação e de intervenção profissional (Rocha, 2014, p. 307).

É possível identificar que o colonialismo e o escravismo, enquanto fatos sociais que edificaram nossa formação socio-histórica, ainda sustentam as bases das relações econômicas, sociais e institucionais no Brasil. Elemento central da nossa sociogênese, a hierarquização humana pautada na cor foi a base para o estabelecimento das relações capitalistas, da configuração da legitimidade cultural, da distribuição de bens e serviços, da opção entre quem vive e quem morre. Esses fenômenos estão imbricados com a questão social e ao lugar atribuído à população negra no tecido social. E não seria diferente no Serviço Social. O desafio consiste em superar as estruturas racistas para garantir o projeto ético-político da profissão. Quanto a esse aspecto, Eurico (2018) afirma que:

O combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação étnico-racial exige, na mesma medida, o combate à sociedade de classes, à desigualdade de gênero, bem como o respeito à diversidade sexual, entre outras garantias individuais cotidianamente violadas. O debate está posto e cabe às(aos) profissionais se engajarem na luta contra todas as formas de exploração/ opressão, caminho indispensável rumo à efetivação do projeto ético-político profissional do Serviço Social, explicitado no Código de Ética de 1993, que dentre seus princípios reconhece a liberdade como valor ético central, propõe a defesa intransigente dos direitos humanos, o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a não discriminação como princípios éticos fundamentais (Eurico, 2018, p. 528).

Para isso, é fundamental que no processo formativo das/dos assistentes sociais ocorra um aprofundamento na temática racial. Urge que nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação estejam postas disciplinas que abordem as questões étnico-raciais. Não apenas disciplinas optativas, mas disciplinas que mergulhem no tema, correlacionando com a formação socio-histórica brasileira, com economia política, com estado, classes e sociedade.

Ao mesmo tempo é necessário incluir autoras e autores do sul global nas bibliografias, incluir intelectuais negras e negros que examinem a questão racial estabelecendo as conexões necessárias, para que as/os discentes apreendam que a análise das expressões da questão social, a formulação de políticas públicas e sociais, a proteção social de grupos e indivíduos e o projeto ético-político-profissional do Serviço Social não se desconectem de raça, racismo, sexismo. É preciso que o Serviço Social assuma que compreender o sistema de exploração capitalista passa, fundamentalmente, pela apreciação aprofundada das relações, raciais, teorizada e examinada dentro dos parâmetros ético-políticos e teórico-metodológicos da profissão.

O que restaria ao Serviço Social se não uma nova virada? Uma virada epistemológica, anticolonial e antirracista. Uma virada que se estruture no interior dos cursos de graduação em Serviço Social e que se espraie por campos do estágio, por fazeres profissionais. Uma virada que invada os cursos de pós-graduação. Uma virada que mude o perfil embranquecido nos cargos de poder dentro da profissão. Uma virada que empreteça a práxis.

Considerações finais

Ao dialogar com autoras e autores que abordam, em suas pesquisas, a questão racial, acredita-se que este artigo cumpre o propósito de visibilizar intelectuais que muitas vezes são ignorados pelas produções científicas. Neste diálogo, buscou-se refletir a respeito da presença do racismo acadêmico no campo das Ciências Sociais Aplicadas e seus desdobramentos na área de Serviço Social.

A partir da diversidade de identidades, territórios e corpos que ingressaram no ensino superior a contar da promulgação da Lei nº 12.711/2012, a universidade pública se deparou com a necessidade de se tornar mais diversa e, isso não significa, em hipótese alguma, desqualificação da chamada excelência acadêmica. Uma universidade aberta a novas perspectivas é uma universidade aberta às questões que estão na efervescência do debate social. Contudo, vale ressaltar que não se trata de favor ou de compaixão; o lugar de pesquisadoras/es negras/os em cargos de gestão universitária, nas estantes das bibliotecas, nos eventos de graduação e pós-graduação, é legítimo e resultado de lutas por reconhecimento e combate ao epistemicídio acadêmico que perversamente invisibilizou, por anos, a história da intelectualidade negra deste País.

Acredita-se que as chaves conceituais aqui delineadas ajudam a desvendar não somente os signos contidos nas epistemologias hegemônicas, mas contribuam no desenvolvimento uma *práxis* antirracista dentro de espaços socialmente reconhecidos como de poder. Para tal, é imprescindível olhar o passado e reconhecer que a falta de diálogo extramuros com as populações negras, quilombolas, indígenas e periféricas, contribuiu decisivamente para o apagamento desses grupos, via silenciamento de sua historicidade e vivências.

Ao refletir sobre a invisibilidade de intelectuais e a desvalorização de pesquisas negras no campo das Ciências Sociais Aplicadas e na área de Serviço Social, o texto propôs não apenas reparação, reconhecimento e justiça às/aos estudiosas/os. Na realidade, ninguém ganha mais que as/os discentes, a universidade e a população usuária das políticas sociais com a inserção do conhecimento produzido pela intelectualidade negra no cotidiano acadêmico e nos estudos e pesquisas vinculados ao Serviço Social. Incluir, como parte do processo de formação, estudos, ensaios, pesquisas, teorias, saberes de autoras e autores que, muitas vezes, nunca foram inseridos nas produções acadêmicas, é enriquecer e qualificar a formação em Serviço Social.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS).

Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação profissional.

Vitória/ES, 2018. Disponível em:

https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso em: 29 fev. 2024.

AMEIDA, Magali da; ROCHA, Roseli da Fonseca; BRANCO, Suelma Inês de Deus.

Assistentes Sociais negras na construção da “virada” do Serviço Social brasileiro. *In*:

SILVA, Maria Liduina de Oliveira e (org.). **Congresso da virada e o serviço social hoje:** reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Cia das Letras, 2022.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGUÉL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 15–24, jan./abr. 2016. DOI

<https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100002>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/se/a/wKkj6xkzPZHGcFCf8K4BqCr/?lang=pt>. Acesso em: 02 nov. 2020.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 2005. 339 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em:

<https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-construc3a7c3a30-do-outro-como-nc3a30-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética do/a assistente social: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

EURICO, Márcia Campos. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 515–529, set./dez.

2018. DOI <https://doi.org/10.1590/0101-6628.157>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/M6LN5kSVxDzLNYWtkTxqvBc/?lang=pt>. Acesso em: 08 fev. 2021.

FERREIRA, Gracyelle Costa. **Raça e nação na origem da política social brasileira: união e resistência dos trabalhadores negros**. 2020. 293 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e Produção do Conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula.

Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina; Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES), 2009. (Série conhecimento e instituições)

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 223-246.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo Afrolatinoamericano. In: GONZALEZ, Lélia.

Primavera para rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 307–312. (Publicado originalmente em Revista Isis Internacional, Santiago, v. 09, p. 133–141, 1988).

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514–522, set./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p514>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/JGPd8LQgf3yWcxfrRWwjtFN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2021.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MOTA, Ana Elisabete. 40 Anos da virada do Serviço Social no Brasil: lições e desafios. In: MEDEIROS, Evelyne; NOGUEIRA, Leonard; BEZERRA, Lucas. (org.). **Formação social e Serviço Social: a realidade brasileira em debate**. São Paulo: Outras Expressões, 2019. p. 167–177.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

RAMOS, Guerreiro. O problema do negro na sociologia brasileira. Transcrito de Cadernos de Nosso Tempo, nº. 2, v. 2, p. 189–220, jan./jun. 1954. In: SCHWARTZMAN, Simon. (org.).

O pensamento nacionalista e os Cadernos de Nosso Tempo. Brasília, DF: Câmara de Deputados e Biblioteca do Pensamento Brasileiro; Biblioteca do Pensamento Político Republicano, 1981. v. 6. p. 39–69. Disponível em:

<http://www.schwartzman.org.br/simon/cadernos.htm>. Acesso em: 12 dez. 2021.

RAMOS, Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

ROCHA, Roseli da Fonseca. **A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social: avanços e desafios**. 2014. 211 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Ana Paula Procópio da. Antirracismo no debate da formação social brasileira e classes sociais: desafio ao serviço social contemporâneo. **Rev. Katálysis**, Editorial, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 177–178, mai./ago. 2022. DOI <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022e86401>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/PDYfHLkx9jmgBLSRTXhgKvn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 nov. 2022.

SILVA, Tatiana Dias. **Mudança institucional, discurso e instituições: políticas públicas de igualdade racial no governo federal de 2000 a 2014**. 2019. 114 p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Administração, Brasília, DF, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Serviço social: direitos e sociais competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 125–142.

Submetido em: 10/3/2024

Revisto em: 30/9/2024

Aceito em: 1/10/2024